



NARRATIVAS DE DESEJO E DESOBEDIÊNCIA – 18 ANOS DE PELE NO CAMPO DAS PRÁTICAS ARTÍSTICAS PARTICIPATIVAS

Maria João Mota
Sara Jorge
PELE

Resumo:

Entre 2019 e 2022, a PELE coordenou o projeto Enxoval: Tempo e Espaço de Resistência, que, além de ressignificar o Enxoval como materialidade de uma construção social do “ser mulher”, propunha desocultar as histórias das mulheres que nos inspiram – “As Bravas”. Este grupo de mulheres destacou a necessidade de visibilizar narrativas femininas e feministas, ampliando-as do espaço íntimo ao espaço público. No seguimento desta vontade, surgiu a ideia para a criação do TransFemina – Paisagens Interseccionais, um projeto fundamentado na reflexão sobre o espaço público, físico e simbólico, ocupado pelas mulheres e no desejo de construir pontes com outras companheiras feministas que, em diversas cidades da Europa, militam diariamente pela mesma causa. Assim chegamos ao Laboratório TransFemina – Porto, um espaço de ativação e experimentação de práticas poéticas e políticas voltadas para a ocupação do espaço público. Como em todos os processos criativos desenvolvidos pela PELE ao longo dos últimos 17 anos, iniciámos com a escuta e a observação atenta do que nos rodeia. Neste caso, as questões que inspiraram o TransFemina foram corporificadas e aprofundadas: Quanto espaço ocupamos? Onde está, e como é, a representação simbólica das mulheres no património cultural das cidades? Que corpos permanecem silenciados e invisibilizados? Como nos movimentamos nas ruas? Que lugares podemos e queremos ocupar e ressignificar? Esta reflexão documenta o movimento de germinação deste coletivo, o processo de criação artística e as ações públicas geradas até ao momento, focando-se no seu potencial para ocupar, inspirar e contagiar os lugares e os corpos.

Palavras-chave: Espaço público; Cocriação artística; Práticas poéticas e políticas; Feminismo.

NARRATIVES OF DESIRE AND DISOBEDIENCE – 18 YEARS OF PELE IN THE FIELD OF PARTICIPATORY ARTISTIC PRACTICES

Maria João Mota
Sara Jorge
PELE

Abstract:

Between 2019 and 2022, PELE coordinated the project Enxoval: Time and Space of Resistance, which, in addition to re-signifying the Enxoval (bridal trousseau) as the material expression of a social construction of “being a woman”, aimed to uncover the stories of the women who inspire us – “As Bravas” (The Brave Ones). This group of women highlighted the need to make female and feminist narratives visible, expanding them from the intimate sphere into the public space. Following this intention, the idea for the creation of TransFemina – Intersectional Landscapes emerged. This project is grounded in a reflection on the public space – both physical and symbolic – occupied by women, and in the desire to build bridges with other feminist companions who, in various cities across Europe, engage daily in the same cause. This led to the TransFemina Laboratory – Porto, a space for activating and experimenting with poetic and political practices focused on occupying public space. As with all creative processes developed by PELE over the past 17 years, we began by listening and carefully observing our surroundings. In this case, the questions that inspired TransFemina were embodied and explored in depth: How much space do we occupy? Where is the symbolic representation of women in the cultural heritage of cities, and what does it look like? Which bodies remain silenced and rendered invisible? How do we move through the streets? What places can we – and do we want to – occupy and re-signify? This reflection documents the germination of this collective, the process of artistic creation, and the public actions generated so far, focusing on their potential to occupy, inspire, and stir places and bodies.

Key-words: Public space; Artistic creation; Poetic and political practices; Feminism.

Este texto propõe-se a contextualizar o projeto TransFemina: Paisagens Interseccionais¹ na narrativa do trabalho desenvolvido pela PELE no campo das práticas artísticas participativas e comunitárias, situando-o como continuidade e expansão de um caminho já trilhado.

A PELE surge em 2007 pelo desejo de ocupar espaços de encontro, cruzamento e intersecção entre a Arte e Comunidade, aproximando a criação artística de grupos e territórios normalmente, ou deliberadamente, mais afastados dos processos de participação e decisão, afirmando a Arte enquanto exercício de cidadania, manifestação política e de transformação social. A nossa prática é orientada pelo princípio de construir processos artísticos que revelem a experimentação, o potencial estético e o compromisso ético e político no que diz respeito ao empoderamento individual e colectivo.

Procuramos trabalhar a partir das urgências dos territórios e das comunidades, privilegiando a acessibilidade e a participação artística em múltiplas centralidades. Através da intersecção de públicos, sectores, linguagens artísticas, territórios e parceiros, tentamos activar espaços de tomada de decisão partilhados e experimentar modelos alternativos de criação coletiva – de sermos e estarmos em colectivo.

PARTE 1 – O CHÃO

Iniciamos esta reflexão a partir de algumas ideias-chave que nos orientam, inspiram e provocam, num exercício de permanente questionamento e inquietação.

Lugar Comum

“Quando se nomeia uma comunidade deve-se, desde logo, acautelar-se contra a ideia de uma comunidade que é homogênea, com um passado comum e uma expectativa de futuro

também ela comum em relação aos seus participantes. Ora, nada é mais contrário a esta constituição de uma comunidade do que esta falsa construção identitária. O que se deseja é que a comunidade se desenvolva a partir de uma diversidade interna, em que cada elemento tem múltiplas identidades, muitas delas em contradição.”²

Onde encontrar o Comum nestas comunidades plurais, pulsantes, que dialogam e que se tensionam? Alguns autores consideram o “comum” como relação, é o “entre”, é aquilo que produzimos entre todos, o que é de todos e ao mesmo tempo não é de ninguém. É outro regime de participação e de partilha. O comum é parte da produção e sustentação da vida (a linguagem, o cuidado, mas também o ar, a água, o conhecimento...).

Estas outras formas de compreender a comunidade e o comum abrem possibilidades no campo das práticas artísticas e intervenções no espaço público que proporcionam outros e novos espaços de convivência e instauram experimentações de formas de fazer juntos.

Criação Colectiva — Corpo Coletivo — Transformação Coletiva

Os nossos processos de criação coletiva partem da escuta: ouvir, sentir, observar, passar tempo nos lugares, criar espaços de afecto e confiança, um lugar comum. Este lugar é também um lugar de questionamento de nós próprias, dos outros, do que nos rodeia – propondo uma análise do micro ao macro, do íntimo ao público, do eu ao nós, num movimento orgânico, sensorial, emocional, racional e político.

Este questionamento da realidade, das relações de poder, quando se aproxima daqueles que têm vozes, mas que normalmente, não são escutadas, carrega em si um potencial transformador.

¹ <https://transfemina.org/>

² António Pinto Ribeiro (2015, p. 7) in https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/93/93131/tde-16062021-150900/publico/2019_IsabelaUmbuzeiroValent_VCorr.pdf

A PELE move-se nas várias interseções da arte – o teatro, a música, a dança, as artes plásticas –, possibilitando a desocultação e reescrita de narrativas, individuais e colectivas, propondo a troca de papéis – colocarmo-nos no lugar do outro/da outra, olhar e sermos olhadas de novas perspectivas. Um exercício que ganha uma força simbólica muito particular quando trabalhamos com grupos marcados pela exclusão, preconceitos e estereótipos. Permite-nos a redescoberta do nosso e de outros corpos, novos movimentos, sons, olhares... Trata-se de uma descolonização dos sentidos e da imaginação, uma redescoberta e uma reconstrução de uma poética e uma potência pessoal e colectiva: um corpo comum/colectivo enquanto um novo sujeito político.

Múltiplas Vozes e Centralidades³

O modelo de desenvolvimento ocidental e capitalista configura territórios, cidades e países a partir de uma lógica desigual, concentrando estruturas, bens, recursos, oportunidades, serviços, condições para a plena participação e para o exercício da cidadania. Há dimensões geográficas, económicas, sociais que delimitam fronteiras e qualificam alguns territórios em detrimento de outros *“...a instauração e a reprodução de uma assimetria de poder entre um ‘centro’ e uma ‘periferia’ está na base de toda relação de dominação em qualquer sociedade desigual e hierarquizada, seja em regime democrático, autoritário, colonial ou pós-colonial.”* (Ogien, 2018)

Ao desafiar e esbater as fronteiras, convoca-se uma redistribuição do poder de enunciação. Não basta “dar voz” a grupos histórica e socialmente marginalizados e silenciados – é preciso deslocar os centros, ir ao encontro das vozes já existentes, praticar a escuta enquanto ato afetivo e político – escutar em vez de “falar sobre”.

A criação artística torna-se, assim, um lugar de verdadeiro exercício da democracia – onde não se convida para participar no que já está decidido, mas onde se constrói, desde o início, com quem historicamente nunca teve lugar “no(s) palco(s)”⁴. Esse é o desafio político do nosso tempo: não representar o outro, mas transformar as estruturas para que o outro possa existir plenamente – ser escutado, decidir, criar e permanecer.

Nesse sentido ainda, o reconhecimento da singularidade de cada território torna-se fundamental. Partir do lugar de escuta de histórias, tensões, invisibilidades, contradições de um território e suas comunidades, permite que as propostas artísticas surjam de forma situada e não de uma imposição instrumentalizada a partir de outras ambições externas. Os não-lugares – espaços de transição, esquecimento ou abandono, frequentemente destituídos de identidade e cuidado apresentam-se com um potencial de reinvenção coletiva e poética. A intervenção artística no espaço público, intrínseca à estética transdisciplinar da PELE, não se propõe apenas à ocupação desse espaço, mas de o transformar num lugar – lugar de encontro, de partilha, de reflexão, de escuta, de criação. Espaços, ainda que temporários, que acolhem as múltiplas vozes e convidam à construção de outros imaginários, outras cartografias.

Práticas Regenerativas – Pacto 2026

“Decrescer, Desurbanizar, Destecnologizar, Despatriarcalizar, Descolonizar e, enfim, Descomplexificar as nossas mentes e as nossas sociedades.” (Taibo, 2023)

Desde 2021, ano em que ocupamos o espaço da Adega em Azevedo de Campanhã, no Porto, que iniciámos uma fase de pesquisa e experimentação artística a partir dos pensamentos e das práticas regenerativas. A criação artística regenerativa é mais do que uma estética verde, não visando apenas neutralizar impactos: é uma

³ Esta linha orientadora foi construída em estreita colaboração com Lucelina Rosa (2023), cuja reflexão contribuiu significativamente para a sua definição.

⁴ Palco(s) aqui no sentido de espaço de participação.

ética de reconstrução, redistribuição e responsabilidade no meio da ruína. Num tempo em que o Antropoceno expõe, não só a crise ambiental, mas também a crise das formas de convivência, as práticas regenerativas desafiam-nos a imaginar, sentir e construir realidades não apenas possíveis – mas viáveis, vivíveis e sensíveis entre comunidades humanas e mais do que humanas. Trata-se de afirmar a arte como gesto de resistência, urgência e desobediência, onde criar é também curar, cuidar e cultivar.

Micropolíticas – As políticas do cuidado

Micropolítica é o nome que Félix Guattari deu, nos anos 60, àqueles desejos que por serem relativos à “vida privada” no modo de subjetivação dominante, ficaram excluídos da ação reflexiva e militante das lutas políticas/partidárias: a sexualidade, a família, os afectos, o cuidado, o corpo, o íntimo. Os processos de opressão colonial, patriarcal e capitalista são processos de captura e esvaziamento da força vital que neutralizam a complexidade e potência das forças do mundo e do saber do corpo. É, por isso, urgente imaginar outras formas de resistência colectiva, onde a criação artística possa apoiar as insurreições tanto no plano individual como no micropolítico (política do desejo) da existência colectiva. Como diz Suely Rolnik (2018), todo o processo de transformação política que não contemple a descolonização do inconsciente é condenado à repetição das formas de opressão.

A potência da criação artística em contextos de maior desigualdade de oportunidades, pode considerar-se uma resistência micropolítica, desestabilizando as formas dominantes da subjetivação, construindo e potenciando um relato autocrítico, reflexivo, capaz de tornar visíveis as relações de poder patriarcal, capitalista e colonial. Este processo de desmecanização dos corpos e resgate da poesia, de experimentação de outras formas de sentir e perceber o mundo, é um processo eminentemente colectivo e político e tem também um poder de inspiração e de contaminação do seu entorno.

Estes processos que oscilam entre o íntimo e o público, entre a catarse e a potência, podem despoletar processos internos e colectivos. Esta reflexão transporta-nos para uma dimensão essencial na nossa prática – o cuidado.

Compreendemos o cuidado enquanto um ato político: uma aproximação sensível e situada com os grupos ancorada numa escala local, implicando práticas como a investigação/ação, a valorização e ressignificação das memórias, a partilha de experiências e a criação colectiva a partir das práticas sociais quotidianas: habitar, alimentar, plantar, conviver, cuidar (enquanto acto de afecto e vulnerabilidade). Trata-se de reconhecer a potência do estar em grupo, da vizinhança enquanto espaço político, da tomada de decisões partilhadas a partir de quem habita o lugar, do reconhecimento das diversidades que co-existem. Uma perspectiva de cuidado que atravessa o ecossistema em que os projetos se inserem, nutrindo relações de solidariedade, reciprocidade e complementaridade.

PARTE 2 – A AÇÃO

Das Auroras, ao Enxoval, ao TransFemina... Do Bairro do Lagarteiro a Barcelona.

Considerando os pontos anteriormente desenvolvidos, importa destacar o foco que a PELE assumiu, desde cedo, no feminino e na igualdade de género, como eixo estruturante da sua ação comunitária. Desde 2008, este compromisso materializou-se na apresentação de espetáculos de Teatro Fórum em escolas e espaços comunitários, de norte a sul do país, abordando questões como a violência no namoro e a violência de género. O número de apresentações e o alcance das ações, que envolveram centenas — senão milhares — de jovens, professores e agentes educativos, demonstram a relevância e persistência desta linha de intervenção. Mais do que criar espetáculos, procurou-se gerar espaços de discussão, capacitação e formação, promovendo a apropriação da metodologia do Teatro do

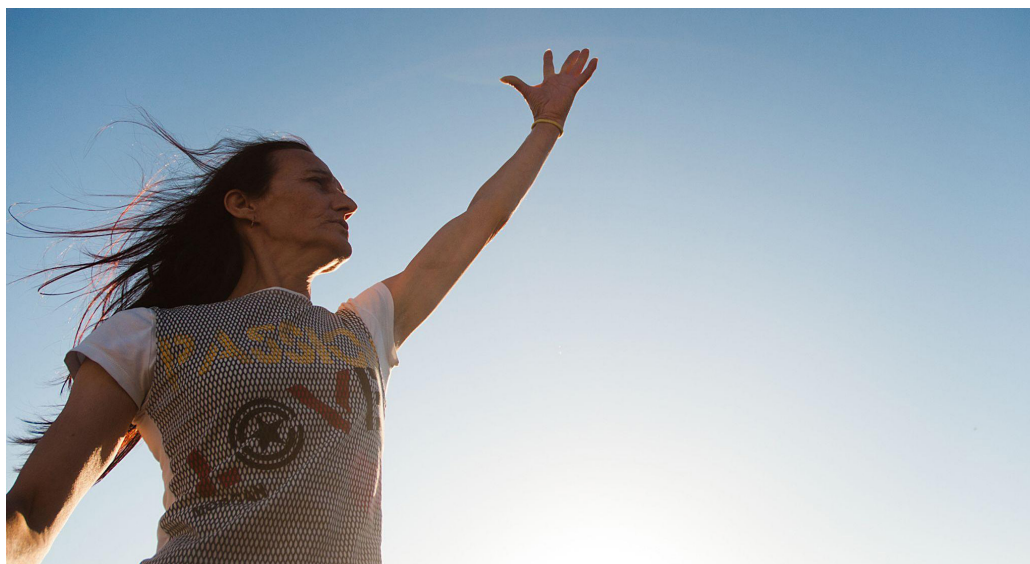


Figura 1. Irene Oliveira.
Fotografia de Paula Preto.

Oprimido⁵ como ferramenta integrada no quotidiano pedagógico, educativo e democrático.

Um dos marcos simbólicos dessa abordagem foi a instalação/performance “Meto a Colher”, apresentada em vários espaços públicos. A proposta transferia situações reais de violência doméstica, vividas em contexto privado, para o espaço público, representando quadros familiares em que o público – assumindo simultaneamente o papel de voyeur e cúmplice – era desafiado a “meter a colher”, atirando-a para o espaço cénico num ato simbólico de exercício de cidadania.

Em 2009, no âmbito da Iniciativa Bairros Críticos, a PELE foi convidada a desenvolver uma série de ações no Bairro do Lagarteiro, em Campanhã, com o objetivo de promover espaços de escuta e debate sobre a reabilitação urbana em curso e, simultaneamente, fomentar pontes entre o bairro e a cidade do Porto. Entre os grupos mobilizados, o foco recaiu sobre mulheres em situação de desemprego prolongado e/ou isolamento social, que então constituíam a maioria da população inativa, com baixos níveis de escolaridade e reduzido acesso a espaços de decisão⁶.

Foi nesse contexto que, em 2010, se iniciaram encontros semanais com um grupo de mulheres do bairro, dando origem ao que viria a ser o Espaço M. Este espaço constituiu-se, de forma intuitiva e orgânica, como um lugar de cuidado e

escuta. Sem qualquer exigência estética ou produtiva, centrou-se na construção de relações de confiança, afeto e bem-estar. Muitas destas mulheres apresentavam quadros de fragilidade emocional e de saúde mental, estavam medicadas e mantinham uma postura resistente a propostas participativas. A mediação artística funcionou como dispositivo de desbloqueio emocional, mas o foco permaneceu sempre na criação de um território de pertença e dignidade.

Foi também aqui que emergiram, pela primeira vez, interrogações sobre o direito à cidade⁷ a partir da perspectiva destas mulheres. A maioria delas raramente saía do bairro — e, quando o fazia, era por necessidade e não por escolha. A mobilidade era limitada: apenas uma linha de autocarro servia a zona. A relação com o espaço urbano era marcada pela ausência: de acesso, de representação, de escuta. O exercício de cidadania era, assim, quase inexistente, pois a perceção subjetiva de direito — o direito a ser, existir, resistir — estava reduzida a funções de cuidadora, mãe ou filha, excluindo a própria individualidade, nunca enquanto sujeito político.

Com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos, criaram-se “novos” direitos, enunciados a partir da sua experiência concreta: Direito ao Amor, à Escolha, à Felicidade, à Reação, à Diferença, a ser Estimada, à Educação, à Paz. Cada mulher criou uma imagem representativa do seu direito, e o grupo organizou uma exposição, celebrando os seus corpos e existências normalmente silenciados nas narrativas das cidades (Fig. 1).

5 O Teatro do Oprimido, concebido por Augusto Boal na década de 1970, é uma metodologia teatral que visa democratizar os meios de produção artística e promover a transformação social. Inspirado por Paulo Freire e pelo conceito de pedagogia do oprimido, Boal propõe um teatro em que os espectadores se tornam *espect-atores*, intervindo ativamente na cena para ensaiar estratégias de resistência e mudança diante de situações de opressão vividas no quotidiano.

6 À data de realização do projeto e no contexto do Bairro do Lagarteiro segundo relatório de diagnóstico “Lagarteiro, uma intervenção alicerçada na participação, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana.

7 Henri Lefebvre, filósofo e sociólogo francês, formulou em *O Direito à Cidade* (1968) uma crítica à produção capitalista do espaço urbano, defendendo o direito de todos os cidadãos — especialmente os marginalizados — de participar na construção, apropriação e transformação dos espaços urbanos em que vivem. O conceito tornou-se central nos debates contemporâneos sobre justiça espacial e cidadania urbana.



Figura 2. Espetáculo “Aurora”. Fotografia de Paula Preto.

Este processo despoletou uma nova fase: com o crescimento da confiança, autonomia e consciência coletiva, surgiu o grupo de teatro das oprimidas⁸ “As Auroras”. O espetáculo de teatro-fórum *Aurora* emergiu do desejo de pensar a condição de ser mulher em articulação com os lugares habitados – o bairro e a cidade, partindo da metáfora de uma viagem de autocarro, na linha que ligava o Lagarteiro ao centro, uma narrativa que oscilava entre o cotidiano e a metáfora, entre a autobiografia e o coletivo. A cidade enquanto lugar de desejo e exclusão simultaneamente.

A questão identitária, aqui, expõe os estigmas territoriais, as barreiras invisíveis que condicionam o acesso ao espaço urbano, à visibilidade, ao reconhecimento. Como afirma bell hooks (2000), o espaço de resistência das margens não é só sobrevivência – é produção de mundo.

“Nasce o dia, janelas que se abrem e mulheres que espreitam para deixar entrar a luz nas casas e nos corpos. Estas janelas, despojos de um Bairro em re-construção que procura também outras oportunidades ligando-se à cidade através de um

*autocarro que transporta medos, expectativas, esperanças, resignações ... Aurora, uma mulher que amanhece, que acredita que os seus dias podem ter outras cores, como a roupa que estende ao sol. “Vais escrever que és do Bairro?!” “Se calhar é por isso que nunca te chamam ...” Será que a marca da sua identidade, da sua morada, é mais forte do que a vontade de querer ser simplesmente ela própria?”*⁹ (Fig. 2.)

Hoje, ao revisitar este processo à luz de práticas mais recentes como o TransFemina, percebemos que foi há mais de 15 anos que se começou a enunciar, com estas mulheres, uma pergunta que ainda nos atravessa: qual o lugar do feminino na cidade? Que espaços habitamos – física, política e simbolicamente? E como podemos, a partir da arte, criar condições reais para que esses espaços deixem de ser invisíveis ou precários e passem a ser habitáveis, dignos, férteis?

As Auroras continuaram a fazer teatro fórum, teatro comunitário, integraram outros e novos projectos, acreditamos, tal como nós, que quando se lembram de como tudo começou, também se

8 Na escrita deste texto, atualizamos a designação para “Teatro das Oprimidas” reflectindo a actualização e organicidade do método teatral dirigido a grupos de mulheres, conforme linha investigação / ação da Curinga Bárbara Santos.

9 Excerto da sinopse do espectáculo de teatro fórum “Aurora” estreado a 30 de abril de 2011 no pequeno auditório do Teatro Rivoli.



Figura 3. “As Bravas: Um Manifesto”. Fotografia de Patrícia Poção.

comovam com a potência e beleza daquilo que fizemos juntas. Esta memória partilhada, feita de encontros, criação e resistência, permanece como um eixo essencial do trabalho desenvolvido pela PELE e projeta-se no tempo como prática ética, estética e política.

Entre 2019 e 2022, a PELE desenvolveu o projeto Enxoval: Tempo e Espaço de Resistência como uma reflexão crítica sobre a condição feminina, a sua representação social e a carga simbólica que o termo evoca. O enxoval, enquanto património material e imaterial, transporta consigo um legado intergeracional de afetos, objetos e condutas, consolidando uma certa ideia de feminilidade transmitida de avós para mães, de mães para filhas. Este “kit de preparação para a vida adulta”, tão presente nas tradições domésticas, contém não só utensílios, mas também códigos de género, expectativas sociais e silêncios cúmplices.

O Enxoval envolveu comunidades urbanas e rurais nos territórios do Porto e de Amarante, reunindo mulheres e homens de várias idades para um processo criativo em torno da igualdade de género e da desconstrução de estereótipos. Através do trabalho artístico-participativo, foram abertos espaços de escuta, criação e emancipação — lugares de liberdade simbólica que inspiram o desejo de mudança.

A partir desta dimensão de sororidade e transmissão subterrânea, emergiu a proposta de reconfigurar o enxoval como dispositivo de resistência e luta política. Lençóis bordados deram lugar a faixas e bandeiras, afirmando a urgência de inscrever os corpos e as vozes femininas no espaço público, desestabilizando a divisão histórica entre esfera doméstica e esfera pública. “Percebemos também que a experiência de ser mulher é uma experiência coletiva, mas atravessada por desigualdades interseccionais — sendo que a vivência de uma mulher branca se

distingue da vivência de uma mulher negra ou trans. Enquanto descobrimos o político dentro do privado, também percebemos que, através das experiências privadas, o político fica mais tangível e que o podemos mudar através das nossas ações e decisões individuais.” (Lapa, Schröder, & Mota, 2023)

Face à invisibilização de figuras femininas nos discursos históricos oficiais, na toponímia e na estatutária das cidades, o projeto Enxoval criou As Bravas — que assumiram diferentes formatos: uma coleção de fanzines, bordado coletivo e uma exposição fotográfica. Estas manifestações celebram mulheres que são protagonistas de lutas quotidianas, heroínas da vida real. Esta inscrição do feminino na memória coletiva e nos espaços públicos afirma-se como um gesto de reparação simbólica, tão necessário quanto político.

A pandemia da COVID-19 atravessou o projeto, mas longe de o interromper, reforçou o sentido de coletivo e de urgência política. Foram criados encontros virtuais onde se escreveu um manifesto coletivo — *Somos Todas Bravas* — que viria a transformar-se em vídeo e a tornar-se a base da criação artística posterior. Com a retoma dos ensaios presenciais, construiu-se um percurso sonoro e performativo que integrou os diferentes grupos e territórios envolvidos, apresentado publicamente em 2021 (Fig. 3).

O intenso trabalho do Enxoval desenvolvido ao longo dos anos, com os diferentes grupos e territórios envolvidos, deu origem a vários produtos artísticos marcados por uma forte expressividade estética e política. Estes formatos — fanzines, *soundwalks*, ações performativas e instalações — revelaram uma ampla capacidade de disseminação e visibilidade e um potencial estratégico a nível de parcerias tanto a nível local, como a nível institucional e/ou nacional. Esta experiência despertou na PELE o desejo de expandir e experimentar a



Figura 4. Laboratório Local Porto – TransFemina. Fotografia de Carolina Ribeiro.

proposta do Enxoval noutros contextos e realidades, ampliando redes, explorando outras geografias e metodologias e mapeando coletivos que partilham os mesmos questionamentos e práticas. Durante a pandemia, essa procura por aliadas nacionais e internacionais culminou no encontro com as futuras parceiras do projeto TransFemina, nascido do desejo de continuar a coser ideias, territórios, afetos e ações em torno da invisibilidade das narrativas feministas no espaço público.

A partir do seu posicionamento geográfico e cultural, o projeto TransFemina afirma a importância urgente de uma perspetiva interseccional e feminista na imaginação e (re)construção das cidades. TransFemina propõe espaços de reflexão coletiva e a co-criação de intervenções artísticas sobre a invisibilidade das narrativas feministas no património cultural e nas cidades de Porto, Barcelona e Modena, tendo por base o questionamento: **“Quanto espaço, físico e simbólico, ocupam as mulheres nas cidades?”**

A partir das histórias, vivências e desejos de mulheres e pessoas com identidades não normativas que habitam cada cidade, as intervenções artísticas e percursos sonoros refletem e exploram os mapeamentos dos percursos quotidianos, as percepções dos lugares e as camadas subjetivas que compõem a relação das participantes com o

espaço público. Através de caminhadas exploratórias provoca-se a escuta atenta dos sentidos e dos corpos.

No caso do Porto, o processo iniciou-se com o mapeamento dos “Caminhos Diários”, articulando dimensões reais, emocionais e imaginárias da experiência urbana. Procurou-se captar não apenas o que se vemos, ouvimos e sentimos no espaço público, mas também as ausências — aquilo que permanece invisível, inaudível ou inerte na vivência quotidiana da cidade. A partir de questões como “Como se transforma a perceção do espaço entre o dia e a noite?”, “O que carrego comigo ao caminhar?”, ou “O que me chama a atenção e o que falta?”, as participantes foram convidadas a refletir sobre a sua relação física e afetiva com o território.

Estas perguntas orientaram um percurso de investigação e co-criação que desafiou os modos habituais de (não) ocupação do espaço público. As sessões tornaram-se laboratórios de experimentação de técnicas de cuidado, movimento, som, escrita criativa e improvisação. A vulnerabilidade e a empatia emergiram como forças poéticas e transformadoras, capazes de gerar outras narrativas e imaginários urbanos. O processo tem contribuído, assim, para a construção de formas alternativas de habitar, resistir e desejar o espaço público do Porto em comum (Fig. 4.).

Assim, tal como reflete esta breve narrativa, TransFemina: Paisagens Interseccionais surge e é desenvolvido como continuação e expansão dos percursos iniciados com as Auroras do Bairro do Lagarteiro e os novos Enxovais, unindo-as à ação militante das companheiras Punt-6, de Barcelona, com a poética sensível do coletivo Amigdala no espaço público de Modena. Três coletivos feministas, seis mulheres¹⁰, que nunca se tinham encontrado presencialmente, construíram juntas um projeto transnacional e interseccional, um manifesto cúmplice de desejo(s) e desobediência(s) partilhada(s).

Referências

- Diniz, D., & Gebara, I. (2022). *Esperança feminista*. Rosa dos Tempos.
- Hooks, b. (2019). *Olhares negros: raça e representação*. Elefante.
- Lapa, I., Schröder, J., & Mota, M. J. (2023). Enxoval: um manifesto poético e político. In *Arte, reinvenção e futuros – Práticas artísticas na comunidade PARTIS 2019–2022*. Fundação Calouste Gulbenkian. <https://cdn.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2023/01/Partis22-web-pt-2023-02-09.pdf>
- Ogien, A. (2018). Uma concepção expandida de periferia. *Revista Periferias*, 2(2). <https://revistaperiferias.org/materia/uma-concepcao-expandida-de-periferia>
- Rolnik, S. (2018). *Esferas da insurreição: Notas para uma vida não cafetinada*. N-1 Edições.
- Rosa, L., & Mota, M. J. (2023, Janeiro, 26-28). *O papel desempenhado pelas práticas artísticas em territórios periféricos* [Comunicação oral]. 6.º Encontro da Associação Portuguesa de Economia Política, UTAD – Vila Real, Portugal.
- Taibo, C. (2023, Outubro). *Colapso* [Simpósio]. #Satélite do Projeto Azevedo da PELE, Porto, Portugal.

Maria João Mota: Pós-graduada em “Direitos Humanos e Democracia”, “Teatro de Intervenção em Contextos Sociais” e “Avaliação de Políticas Públicas”. Desenvolveu um percurso profissional nas artes performativas (Buenos Aires). Cofundadora da PELE – Associação Social e Cultural. Especialista nas áreas da participação, mediação, democratização e democracia cultural, colaborando como

facilitadora de processos de reflexão, discussão e ação coletiva.

Email: mariajoaofmota@gmail.com

Sara Jorge: Licenciada em Design de Comunicação (FBAUL), colaborou com agentes culturais para identidades visuais, design editorial e comunicação para a área da cultura. Pós-graduada em Gestão das Indústrias Criativas (UCP), com um curso de Planeamento e Produção de Eventos Culturais. Com experiência na gestão de projetos e comunicação, co-coordena e gere projetos em contextos colaborativos e transdisciplinares na PELE – Associação Social e Cultural.

Email: sarajorge.pele@gmail.com

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que 30 de maio de 2025.

Aprovado para publicação a 6 de novembro de 2025.

O projeto TransFemina – Paisagens Interseccionais é co-financiado pelo programa Europa Criativa – União Europeia (nº projeto 101131089).

¹⁰ PELE: Maria João Mota e Sara Jorge / Punt6: Roser Casanovas e Sara Ortiz Escalante / Amigdala: Federica Rocchi e Silva Tagliazucchi